

ESPIRITO SANTO

Na calada da noite: Esquadra fecha as portas no ES!



A problemática empresa Esquadra fechou suas portas e encerrou suas atividades no Espírito Santo de forma covarde e leviana sem avisar os Vigilantes Patrimoniais. O presidente do Sindseg-GV/ES já alertava em vídeos a categoria e também a Justiça através de ofícios sobre os problemas da empresa.

Diversos colaboradores da empresa chegaram a ir até a sede da Esquadra e encontraram os portões fechados, sem movimento de pessoas e apenas um cartaz colado na entrada onde informava que as atividades da empresa foram encerradas. Alguns dos trabalhadores fizeram vídeos e enviaram para o sindicato.

“Desde 2020 a gente vinha cobrando a Esquadra vários Direitos Trabalhistas dos Vigilantes Patrimoniais de forma incessante e até solicitamos a mediação do Ministério

Público do Trabalho. Nesta semana começamos a cobrar o salário e o ticket alimentação, mas a empresa nunca nos respondia e, por isso, oficiamos os contratantes da Esquadra. Agora somos tomados de assalto com o fechamento dela”, indigna-se Serafim Gerson Camilo, presidente do sindicato.

Serafim também informa aos trabalhadores que desde o início de sua gestão no Sindseg-GV/ES, ele e sua diretoria trabalhavam para que a Esquadra cumprisse a CCT.

“Movemos muitas ações judiciais coletivas contra a empresa por diversos motivos que sempre lesavam os trabalhadores. Os Advogados do sindicato estão tomando todas as medidas judiciais cabíveis para garantir que os trabalhadores e trabalhadoras não sejam prejudicados. Vamos cobrar também providências a respeito da reciclagem dos Vigilantes que estão vencidas”, diz o presidente.

Sobre os ofícios enviados às contratantes, o sindicato informa que o Banestes respondeu a solicitação do sindicato e se comprometeu a pagar os salários e os benefícios do mês de dezembro de 2020 aos Vigilantes Patrimoniais.

FONTE: Assessoria de Imprensa Sindseg-GV/ES (Mary Martins)

Esquadra anuncia encerramento de atividades e SVNIT aciona MPT para garantir salários e indenizações



Após denúncia do Sindicato SVNIT de que a empresa Esquadra Vigilância e Segurança não pagava salários a cerca de 240 vigilantes que atuam no polo GasLub (antigo Comperj) em Itaboraí, um dia depois, a empresa anunciou o encerramento das suas atividades. A empresa deve anunciar nos próximos dias o pedido de falência.

A diretoria do Sindicato já acionou o Ministério Público do Trabalho (MPT) em Niterói para cobrar o pagamento dos salários e benefícios aos trabalhadores. Na ação, o SVNIT também pede que a contratante, no caso a Petrobras, assuma a folha de pagamento dos vigilantes.

“Vamos também bloquear na justiça as faturas a receber pela empresa para garantir

o pagamento das indenizações. Se possível, vamos acionar a Petrobras ainda como responsável subsidiária para garantir as verbas indenizatórias. Ela como cliente tinha a obrigação de fiscalizar a saúde financeira da Esquadra e exigir o cumprimento dos contratos de trabalho”, afirma Cláudio Vigilantes, presidente do SVNIT.

O Sindicato também vai conversar com a Petrobras e pleitear junto ao MPT que a nova empresa que assumir o posto reaproveite os vigilantes que já atuam no local contratando-os.

FONTE: Sindicato dos Vigilantes de Niterói

NEGOCIAÇÃO COLETIVA 2021:

APÓS 30 DIAS DE SILENCIO, SINDICATO COBRA DOS PATRÕES RESPOSTA A PAUTA DOS TRABALHADORES



O SINDVIGILANTES/BA encaminhou ontem (12/01) um novo ofício ao sindicato patronal cobrando resposta à Pauta da Categoria para a renovação da Sentença Normativa (denominação da Convenção Coletiva para 2020). O Sindicato também propôs uma primeira rodada de negociação para amanhã, quinta-feira, dia 14 de janeiro.

Nesta quarta-feira, 13, recebemos um documento do Sindicato patronal (falaremos sobre este documento amanhã).

Neste momento, cabe lembrar a todos os colegas a pauta aprovada nas assembleias realizadas nas sede dos Sindicatos (Salvador, Camaçari, Itabuna, Feira de Santana) e nas diversas cidades do interior nos primeiros dias de dezembro, protocolada no Sindicato patronal no dia 11/12/2020.

A pauta aprovada nas assembleias é composta de 18 itens.

A seguir os itens da Pauta de Reivindicações da Categoria:

- 1) Manutenção de todas as conquistas da categoria;
- 2) Piso de 2.000, 00.
- 3) Reposição integral da inflação, mais 10% de ganho real.
- 4) Vale transporte sem desconto e entregue no posto e dia 1º do mês.
- 5) Ticket refeição de 30 reais, correspondente aos 30 dias do mês e sem desconto.
- 6) Cesta Básica para todos os vigilantes e no valor de 200 reais por mês.
- 7) Plano de Saúde extensivo aos dependentes e sem desconto.

8) Das Mulheres Vigilantes:

- Cota de 30% para vigilantes mulheres.
- Condições diferenciadas para gestantes.
- Colete Balístico Feminino.

9) Piso de 2.000 para Escolta Armada.

10) Regulamento e Piso para Vigilante de Monitoramento.

11) 250 de Diária para Vigilante de Evento.

12) Vale Cultura para todos os Vigilantes.

13) Hora extra na reciclagem e hospedagem em hotel.

14) 15% de gratificação para Vigilante de banco.

15) Trabalho na folga com valor de, no mínimo, 200 reais a diária.

16) Estabilidade para o pré-aposentado de até 2 anos antes da aposentadoria.

17) Folga mensal para o vigilante da escala administrativa.

18) Hora de almoço, somente de 11 às 15.

Esta foi a Pauta protocolada no Sindicato patronal (cópia no mural do Sindicato), discutida e aprovada nas assembleias realizadas na capital e no interior. Quem quis contribuir, contribuiu. Colaborar, colaborou. Participar, participou.

Nada mais que isto.

Fique ligado na luta e mande para a PQP os patrões escrotos e seus pelegos.

É luta.

É direção e liderança sindical de luta, sem pelego, sem patrão.

FONTE: SINDVIGILANTES/BA



Sindicato dos Empregados de Empresas de Segurança, Vigilância e Serviços Orgânicos de Segurança do Estado do Piauí

Fundado em 10/12/86

Registro Sindical sob Lei nº 7.102/83 – CNPJ/MF 07.471.774/0001-40

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL

O SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA E SERVIÇOS ORGÂNICOS DE SEGURANÇA DO ESTADO DO PIAUÍ - SINDVIGILANTES-PI, situado na Rua Clímério Bento Gonçalves, n.º 931, Bairro São Pedro, Teresina-PI, por seu presidente infra-assinado, usando de suas prerrogativas legais e estatutárias, convoca todos seus associados quites com suas obrigações sindicais, para comparecerem na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 15 de janeiro de 2021 (Sexta-Feira). Como forma de atender às recomendações e protocolos determinados pelas autoridades de saúde e sanitária sobre a covid-19, a ASSEMBLÉIA será realizada no CLUBE DOS VIGILANTES localizado no Povoado Árvore Verdes, zona Rural Leste, Teresina-Piauí, às 18:30h em primeira convocação com 50% + 1 (Cinquenta por cento mais um) dos associados ou às 19:00h em segunda e última convocação, com qualquer número presente, para discussão e deliberação da seguinte "ordem do dia":

1. Discussão e aprovação do Balanço Anual (Prestação de contas) de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020;
2. Discussão e aprovação da Previsão Orçamentária para o exercício de 2021, apresentados pela diretoria.
3. Avaliar uma possível contraproposta do Sindicato Patronal - SINDESP para a renovação da CCT 2021;
4. Assuntos gerais de relevante interesse para a categoria.

Teresina, 11 de janeiro de 2021

ANDRÉ DE SOUSA LIMA
Presidente

PIAUI



INFORMATIVO SERGIPE



ELEIÇÃO DA DIRETORIA DO SINDICATO

Dias 14 e 15 de Janeiro de
2021

PARTICIPE.

GESTÃO TRANSPARÊNCIA E RENOVAÇÃO

FIXO: (79) 3022-7763



SINDICATO CONVOCA AS PRIMEIRAS ASSEMBLEIAS DA CAMPANHA SALARIAL DE 2021



Tudo aumentou, menos os salários, disse Dias

O Sindivigilantes do Sul publicou nesta quarta-feira (13), no Correio do Povo, o edital de convocação das primeiras assembleias da campanha salarial de 2021, que tem como data-base 1º de fevereiro.

Elas vão ser realizadas na capital e interior, tendo como pauta a discussão e aprovação das reivindicações da categoria, além das providências administrativas e judiciais que são necessárias.

Como em 2020 os salários não tiveram reajuste nenhum, devido à intransigência patronal, o sindicato vai apresentar a proposta de que o fechamento da convenção coletiva de 2021 seja condicionado ao pagamento do reajuste reivindicado ano passado: 4,30%, que corresponde à inflação anual pelo INPC.

Segundo o presidente do Sindivigilantes do Sul, Loreni Dias, o percentual que for negociado agora com os patrões deverá ser aplicado sobre os salários do ano passado já reajustados em 4,30%. “Não podemos abrir mão de receber a reposição das perdas da inflação que ficaram para trás, tudo aumentou menos os salários”, disse Dias.

Veja abaixo o calendário das assembleias e se prepare para participar:

Horizontalina – 22 de janeiro (sexta-feira)

– Local: Associação dos Metalúrgicos de Horizontalina, na RS 342, Km 20

– Horário: 19h a primeira chamada e 19h30 a segunda chamada, com qualquer número de trabalhadores presentes

São Luiz Gonzaga – 23 de janeiro (sábado)

– Local: Rua Dr. Bento Soero de Souza, 2780, Sindicato dos Bancários

– Horário: 19h a primeira chamada e 19h30min, a segunda chamada, com qualquer número de trabalhadores presentes

Porto Alegre – 25 de janeiro (segunda-feira)

– Local: Rua Voluntários da Pátria, n. 595, 5º andar, no auditório do sindicato dos Ferroviários

– Primeira sessão: 08h a primeira chamada e 08h30 a segunda chamada, com qualquer número de trabalhadores presentes

– Segunda sessão: 19h a primeira chamada e às 19:30min a segunda chamada, com qualquer número de trabalhadores presentes

Camaquã – 26 de janeiro (terça-feira)

– Local: Rua Bento Gonçalves, 1207, Sindicato dos Bancários

– Horário: 19h a primeira chamada e 19h30 a segunda e última chamada, com qualquer número de trabalhadores presentes

Mostardas – 27 de janeiro (quarta-feira)

– Local: Rua 15 de novembro, 440, no Sindicato Rural de Mostardas

– Horário: 16h a primeira chamada e 16h30 a segunda e última chamada

Venha, participe, mobilizados e unidos vamos lutar, vencer e conquistar o que é nosso direito!

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

Projeto torna crime práticas preconceituosas de agentes públicos e de segurança privada

Proposta foi aprovada pelo Senado e será analisada pela Câmara



A proposta define, entre outras coisas, que a abordagem policial não poderá ofender, insultar ou agredir uma pessoa

O Projeto de Lei 5231/20 torna crime a prática de atos por agentes públicos e profissionais de segurança privada com base em preconceito de qualquer natureza, notadamente de raça, origem étnica, gênero, orientação sexual ou culto. A proposta foi aprovada pelo Senado e aguarda análise na Câmara dos Deputados.

O texto prevê aumento de pena para os crimes de abuso de autoridade e de violência arbitrária e denúncia caluniosa motivados

por discriminação. Do senador Paulo Paim (PT-RS), o projeto tem por objetivo combater o racismo estrutural e recebeu parecer favorável do relator, senador Fabiano Contarato (Rede-ES), na forma de um substitutivo.

O projeto explicita que a vedação à conduta discriminatória contempla todas as ações relacionadas à segurança pública e fiscalização, inclusive barreiras rodoviárias, abordagens e revistas policiais, fiscalização aduaneira,

serviços de imigração, vistorias, inspeções, execução de medidas de interdição de acesso a locais ou instalações, interrupção ou suspensão de atividades de caráter coletivo.

Agentes públicos ou profissionais de segurança privada não poderão, nem em caso de advertência verbal, ofender, insultar ou agredir uma pessoa; aplicar excessivo ou desnecessário rigor; fazer uso desproporcional da força e desrespeitar a dignidade da pessoa humana.

Nos casos de flagrante delito, a conduta da autoridade pública ou de profissional de segurança privada deverá observar os limites estritos da necessidade e adequação diante do caso concreto. O texto esclarece, no entanto, que a percepção e a análise de risco, nos casos concretos, não poderão ser baseadas em critérios de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero ou orientação sexual.

Sugestão popular

O projeto é baseado em uma sugestão da Associação Franciscana de Defesa de Direitos e Formação Popular e foi assumida por Paim na Comissão de Direitos Humanos. A associação é mantenedora da União de Núcleos de Educação Popular para Negros e Classe Trabalhadora (UNEafro Brasil). A entidade agrega militantes da causa negra, da causa das mulheres, da diversidade sexual e do combate a todos os tipos de discriminação e preconceito.

Paim argumenta que os fatos recentes ocorridos no país fortalecem a relevância da proposição. O senador cita vários exemplos de violência contra a população negra e lembra que, em 19 de novembro, véspera do Dia da Consciência Negra, o país ficou sabendo da morte de João Alberto Silveira Freitas, um homem negro de 40 anos. Ele morreu depois de ser espancado por seguranças da rede de supermercados Carrefour, em Porto Alegre.

Agravante

O projeto acrescenta ao Código Penal uma agravante para quem praticar violência no exercício de função. Atualmente, a pena prevista é de seis meses a três anos de detenção, mais pena correspondente à violência. Se a motivação for discriminação ou preconceito de qualquer espécie, a pena será aumentada pela metade.

A pena também será aumentada pela metade no caso de instauração de investigação policial ou de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra pessoa inocente, quando motivada por discriminação ou preconceito de qualquer natureza.

O texto insere ainda na Lei de Crimes Raciais a punição a agente público civil ou militar e a profissional privado de segurança que ofender, insultar ou agredir pessoa; aplicar excessivo ou desnecessário rigor; e fazer uso desproporcional da força, motivado por preconceito de qualquer natureza. Nesses casos, a pena será de reclusão de três a cinco anos.

O texto também modifica o Código de Defesa do Consumidor, que passa a prever, em sua Política Nacional das Relações de Consumo, a prevenção a qualquer forma de tratamento discriminatório em função de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero ou orientação sexual.

Além disso, os fornecedores deverão implementar ações e programas de treinamento para os funcionários que atuem em contato direto com o público, até mesmo pessoal terceirizado, a fim de combater qualquer tipo de tratamento discriminatório a consumidores.

Entre os direitos básicos do consumidor, o projeto inclui a proteção contra qualquer tipo de tratamento discriminatório em função de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero ou orientação sexual.

Abuso de autoridade

O projeto altera ainda a Lei de Abuso de Autoridade para determinar que os crimes definidos na norma tenham suas penas aumentadas pela metade se o agente pratica a conduta motivado por discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero ou orientação sexual.

O texto diz que os órgãos operacionais integrantes do Sistema Único de Segurança Pública deverão manter registros circunstanciados de ocorrências de denúncias, reclamações ou queixas de condutas motivadas por discriminação ou preconceito, assegurados a proteção à intimidade dos envolvidos e o sigilo dos denunciantes.

Os registros deverão ser sistematizados e disponibilizados ao acesso público em caráter permanente, nos termos da Lei de Acesso à Informação.

Formação

O relator acrescentou ao texto original a obrigação de que sejam oferecidos conteúdos relacionados a direitos humanos e combate ao racismo e outras formas de discriminação em cursos de capacitação de agentes de segurança pública e privada. Também deverão receber esse tipo de formação as guardas municipais e as polícias legislativas federais.

O projeto modifica também a Lei 7102/83, que estabelece normas para criação e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores. Segundo o texto, o Ministério da Justiça não poderá mais fazer convênio para conceder autorização de funcionamento para empresas que oferecem vigilância e transporte de valores nem para fixar o currículo dos cursos de formação de vigilantes.

Além disso, esses currículos deverão incluir módulos específicos e com carga horária adequada para temas de direitos humanos e combate à discriminação e ao preconceito de qualquer natureza.

Outro dispositivo alterado é o Estatuto dos Policiais Militares do Distrito Federal, para prever que os cursos de formação dos estabelecimentos de ensino dos policiais militares incluirão módulos específicos e com carga horária adequada para temas de direitos humanos e combate à discriminação e ao preconceito. Esse tipo de conteúdo também deverá ser incluído na matriz curricular do Estatuto dos Guardas Municipais.

Disciplinas semelhantes devem ser ministradas ainda aos integrantes das carreiras da Polícia Civil do Distrito Federal (Lei 9.264/96), da Polícia Federal (Lei 9266/96) e da Polícia Rodoviária Federal (Lei 9.654/98).

O substitutivo muda o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para determinar que o repasse dos recursos ficará condicionado, entre outros, à inclusão, nos cursos de formação de formação e aperfeiçoamento de policiais civil e militares e de integrantes dos corpos de bombeiros militares, de módulos específicos e com carga horária adequada para temas de direitos humanos e combate à discriminação e ao preconceito.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

BB surpreende funcionários com reestruturação e ameaça de 5 mil dispensas

Plano prevê fechamento de agências, perdas de gratificação e redução do papel do banco público



A direção do Banco do Brasil pregou uma triste surpresa para seus funcionários e as entidades sindicais ao anunciar nesta segunda-feira (11) pela manhã um plano de reestruturação que prevê o fechamento de agências e outras unidades, além de um Plano de Demissões Voluntárias (PDV) que tem por meta dispensar 5 mil trabalhadores do banco, entre outras

medidas consideradas muito ruins.

O plano prevê mudanças em 870 pontos de atendimento por meio do fechamento de agências, postos de atendimento e escritórios e a conversão de 243 agências em postos. Também estão previstas a transformação de oito postos de atendimento em agências, de 145 unidades de negócios em Lojas BB, além

da realocização e 85 unidades de negócios e a criação de 28 unidades de negócios. O PDV prevê duas modalidades de desligamento: o Programa de Adequação de Quadros (PAQ), para o que a direção do banco considera excessos nas unidades; e o Programa de Desligamento Extraordinário (PDE), para todos os funcionários do BB que atenderem aos pré-requisitos.

O banco também quer fazer mudanças no atual modelo e remuneração dos caixas executivos, que deixariam de ter a gratificação permanente a passariam a ter uma gratificação proporcional apenas aos dias de atuação, se houver.

“Fomos informados pelos funcionários, que receberam o comunicado do banco às 9h. Foi um desrespeito com os funcionários e com as entidades sindicais. Somos contrários a esse plano, que retira do BB o papel de banco público. Também prejudica os caixas executivos, que terão perdas. Na reunião de hoje, as informações foram poucas”, afirmou João Fukunaga, coordenador nacional da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB).

Na reunião com a CEBB, os representantes do BB admitiram que não tinham todas as informações por ser o dia do anúncio do plano de reestruturação. “Estudamos medidas judiciais

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

e orientamos os bancários que procurem seus sindicatos para mais informações. O anúncio do plano provocou muita preocupação entre os funcionários. Agora, quem está em home office vai querer voltar a trabalhar presencialmente porque está preocupado para não deixar de ser notado em um momento de redução de pessoal. Tudo isso acontece em meio à pandemia”, criticou Fukunaga.

Participaram da reunião desta segunda-feira vários representantes de federações de bancários de todo o Brasil. O plano de reestruturação foi considerado um ataque à categoria e pode causar, na prática, a redução do papel do Banco do Brasil como banco público, com o fechamento de agências em diversas cidades do país. A Confederação Nacional dos Trabalhadores do (Ramo Financeiro (ContraF-CUT) e a CEBB orientam os sindicatos a fazerem reunião para saber o impacto do plano nas suas bases e repasses essas informações para as federações. A CEBB vai realizar nova reunião na quarta-feira (13) para discutir um calendário de lutas e de mobilização dos funcionários.

Fonte: CONTRAF

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF